

AS MEMÓRIAS DE MULHERES PESCADORAS DO POVOADO MUSSUCA/SE SOBRE O RIO COTINGUIBA: UMA PROPOSTA DIDÁTICA

Mayra Ferreira Barreto ¹

RESUMO

Este artigo tem por finalidade apresentar uma proposta didática para ser desenvolvida com alunos do primeiro período do Curso Técnico em Segurança do Trabalho no componente curricular Educação Ambiental. Nossa intenção é coletar entrevistas de mulheres pescadoras, da comunidade quilombola Mussuca, na cidade de Laranjeiras/SE com o desejo de conhecer os usos e histórias vivenciadas com o Rio Cotinguiba, além de compreender as suas percepções sobre a relação rio e ambiente. Para a execução da proposta didática foram consultados: livros, artigos, normas, dissertações e teses. Os endereços eletrônicos utilizados foram o site de busca Google e sua plataforma acadêmica e o Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (RI/UFS). Com a atividade espera-se que os estudantes reforcem a relação de identidade e pertencimento do seu lugar, entendendo a importância de conhecer as memórias ambientais, as dinâmicas do rio e as transformações sofridas, ao longo do tempo, assim como refletir sobre a sua poluição, tema de fundamental relevância nos dias de hoje.

Palavras-chave: Memórias Ambientais, Rio Cotinguiba, Laranjeiras/SE, Mulheres Pescadoras, Mussuca.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma proposta didática para ser desenvolvida com alunos do primeiro período do curso Técnico em Segurança do Trabalho no componente curricular Educação Ambiental. A proposta da atividade é trabalhar com memórias de mulheres quilombolas da comunidade Mussuca na cidade de Laranjeiras, que ocorrerá por meio de entrevistas orais que serão elaboradas e realizadas pelos próprios alunos do curso de Segurança do Trabalho. O trabalho tem como objetivos: desenvolver nos estudantes um protagonismo estudantil frente à produção do conhecimento sobre questões ambientais; trabalhar com a realidade local dos alunos, assim como a história do seu lugar; valorizar a memória e a história de mulheres pescadoras quilombolas de Laranjeiras sobre o Rio Cotinguiba, produzir narrativas e reflexões sobre a realidade local dos discentes. A proposta didática tem como motivação colocar o aluno como agente produtor de conhecimento, deixando assim, de assumir um papel passivo na sala de aula. Ao longo do desenvolvimento das tarefas os estudantes serão

¹ Licenciada em História e Pedagogia, Especialista em Educação Profissional e Tecnológica, Mestra em Ensino de História. E-mail: mayra.barreto@outlook.com

estimulados a desenvolver sua autonomia e olhar crítico e reflexivo sobre questões ambientais. Dessa forma, os discentes irão realizar a atividade em campo, ou seja, grande parte da atividade será desenvolvida fora da sala de aula. Na atividade serão enfatizadas as experiências vividas dos alunos e da comunidade em que habitam diferente das aulas tradicionais e teóricas que incentiva a repetição e memorização.

Para compreender as memórias ambientais é fundamental a reflexão e a comparação com a literatura já presente, a exemplo dos estudos de Bittencourt (2008), a qual reafirma que a memória é a base da identidade e por meio dela chega-se à história local. Dessa forma, “as memórias precisam ser evocadas e recuperadas, assim como merecem ser confrontadas” (BITTENCOURT, 2008, p. 170). Conforme a fala da autora, por meio das memórias seja a individual, seja coletiva é possível fazer relações com o passado, dialogar com a realidade local e entender as transformações do meio ambiente. As memórias possibilitam entender como ocorrem às mudanças de paisagem e de espaço na cidade ao longo do tempo, elas são os registros das experiências e vivências dos grupos sociais, permitindo o diálogo entre passado e presente e principalmente a escuta do outro. O ato de recordar permite aos indivíduos o sentimento de identidade, trazendo à tona o esquecido.

A memória, segundo Pollak (1992), “é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 05). Assim sendo, através da memória podemos agir e transformar o presente. Consoante Mesquita (2017) “a memória é combativa ao esquecimento (...) e pela rememoração se reconhece e recobra sua identidade. Portanto, nutrir-se da fonte da memória pode significar a imortalidade ou a preservação da vida” (MESQUITA, 2017, p. 30). Outro autor utilizado para a discussão sobre a memória é Hallwachs (1990, p.51). Segundo o pesquisador “os grupos sociais determinam o que será lembrado, porque rememoram aquilo que é significativo para o grupo”. Para o autor, “a memória é seletiva, construída pela representação individual do passado, apoiada nas percepções produzidas pela memória do grupo” (HALLWACHS 1990, apud, MESQUITA, 2017, p. 30 e 31).

Em conformidade com Mesquita a vida é (re)significada pela experiência de alguém que traz a sua história em relação a uma história mais ampla. O compromisso da memória é com a ação, pois atravessa, vence obstáculos, emerge, irrompe (MESQUITA, 2017, p. 39 e 40). Já para Ricardo Oriá (2004, p. 139), a “memória dos habitantes faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas”. Nesse contexto, para o autor, a memória esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações

e o tempo histórico que as acompanham; conforme Oriá, sem a memória a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade e a sua origem. Para o autor, “sem a memória temos a estranha sensação de que somos “estrangeiros” em nossa própria casa, e sem ela, não encontraremos mais os ícones, símbolos e lembranças que nos unem à cidade e, assim, nos sentiremos deslocados e confusos” (ORÍÁ, 2004, p. 139).

Para Ecléa Bosi (1995) as pessoas de mais idade carregam em si, mais fortemente, tanto a possibilidade de evocar quanto o mecanismo da memória. Para Bosi a lembrança é a sobrevivência e conservação do passado, a memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1995, p. 09). Em concordância com a autora, “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as ‘experiências’ do passado” (BOSI, 1995, p. 55).

A cidade de Laranjeiras fica localizada no Estado de Sergipe, e possui uma área territorial de 162,273 Km², segundo dados do IBGE (2020). O município encontra-se aproximadamente 23 km de distância de Aracaju, capital do Estado, e integra a região metropolitana de Sergipe. Considerada por muitas pessoas como “Museu a céu aberto”, a cidade resguarda tradições seculares, principalmente do período colonial e do auge dos engenhos em Sergipe. Por conseguinte, se andamos pela cidade, logo percebemos vários prédios históricos de arquitetura barroca, podemos destacar igrejas, casarios, fachadas, teatros, museus e ruas.

No que diz respeito à importância cultural encontramos na cidade vários movimentos populares, literários e intelectuais. O título de “Atenas Sergipana” que lhe é atribuído decorre da “efervescência cultural da elite local na segunda metade do século passado (...). Mas não é apenas a tradição culta que é exaltada, mas também, a tradição popular” (DANTAS, 1982, p. 172). Encontramos em Laranjeiras não somente heranças coloniais portuguesas, mas também os costumes da comunidade negra e indígena que fizeram parte da história e cultura no município. Sendo assim, diversas expressões populares compõem o rico patrimônio imaterial do povo laranjeirense: Chegança, Reisado, Guerreiro, Samba de Coco, Samba de Pareia, Cacumbi, Taieira, Lambe Sujo e Caboclinhos e o São Gonçalo. Laranjeiras é palco também do Encontro Artístico e Cultural, que ocorre anualmente no mês de janeiro.

Além de possuir ricos patrimônios culturais materiais e imateriais, a cidade possui belas paisagens urbanas e naturais, temos como exemplo o Rio Cotinguiba. O citado rio faz parte do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Laranjeiras, sendo incluído na paisagem urbana da cidade, em consonância com a portaria emitida pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no ano de 2019. A área que compõe o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Laranjeiras abrange o porto, o mercado e o largo da feira,

contendo casarios, praças, edificações religiosas, morros e o Vale do Cotinguiba (IPHAN, 2019). Esses locais relevam elementos de épocas históricas diferentes, principalmente na ocupação da costa do Nordeste, durante a expansão da cultura da cana-de-açúcar nos séculos XVIII e XIX, além de representar características únicas, já que encontramos harmonia entre as edificações urbanísticas com elementos naturais (IPHAN, 2019).

O Cotinguiba é um rio permanente que nasce no município de Areia Branca e desagua em Nossa Senhora do Socorro junto ao Rio Sergipe, o rio fica localizado na região central urbana da cidade. Com 51 km de extensão, banha terras de quatro municípios economicamente importantes no estado de Sergipe, que são eles: Areia Branca, Riachuelo, Laranjeiras e Nossa Senhora do Socorro. Destes municípios que são banhados pelo Rio Cotinguiba, segundo os estudos de Santos (2012) “Laranjeiras concentra maior parte da área (45,81%), seguido de Nossa Senhora do Socorro com 26,15%, que juntos representam 71,96% da área total da sub-bacia” (SANTOS, 2012, p.10).

O rio possui uma rica diversidade vegetal e animal, possibilita a muitos moradores de Laranjeiras o sustento da sua família, além de ter sido muito importante para o povoamento e desenvolvimento econômico de Laranjeiras. No início da povoação da cidade, por volta dos anos de 1600, muitos colonos se fixaram às margens do Rio Cotinguiba o que influenciou as primeiras construções no local. No Vale do Cotinguiba foi construído um pequeno porto, que ao longo do tempo ocasionou intensa movimentação de pessoas e mercadorias, passando a ser parada obrigatória para o comércio de produtos e de escravos, assim também como, posteriormente, foram criados centros urbanos e comerciais. A Bacia do Cotinguiba teve ainda uma grande importância econômica em Sergipe, principalmente, entre os nos séculos XVIII e XIX. Segundo Santos (2012), esse fato foi possível “graças à fertilidade dos solos, clima adequado e à possibilidade de transporte da produção açucareira através da bacia hidrográfica do rio Sergipe onde dava acesso ao oceano atlântico por onde era escoada toda a produção de açúcar para a Europa” (SANTOS, 2012, p. 15).

Nos dias atuais o Rio Cotinguiba ainda tem grande importância econômica para os moradores de Laranjeiras. Por intermédio do rio é possível extrair várias substâncias minerais que são utilizadas na construção civil, como o granito, areia, argila e cerâmica. Na produção agrícola, o rio possibilita a diversidade de plantações de cana-de-açúcar, de coco, mandioca, milho, laranja. Sendo a cidade, ainda hoje, um dos maiores produtores destinados ao cultivo da cana. As águas do Cotinguiba permitem a criação de espécies de animais bovinas e suínas, além da sobrevivência de comunidades de pescadores que se fixam na beira do rio para a pesca e a coleta de mariscos. O rio também é importante por ser o habit de muitas espécies de peixes,

anfíbios, répteis e aves, além da importância econômica e ambiental, o Cotinguiba é lugar de manifestações populares, as quais se pode destacar a festa católica, Bom Jesus dos Navegantes, e a festa popular Lambe-sujo e Caboclinho. Dito isto, percebemos que as águas do rio são usadas para diversos fins pela população de Laranjeiras: a mineração, a agricultura, a criação de animais, pesca, turismo, manifestações religiosas e populares. Mas infelizmente o que notamos ao longo dos anos é uma poluição gradativa do rio. Segundo Santana Filho *et. (2005)*:

[...] a degradação do Rio Cotinguiba é derivada de problemas inerentes à caça e a pesca predatória, a enchentes, a ausência e/ou deficiência da educação ambiental, a exploração de areia e argila nos leitos dos rios, as queimadas, ao desperdício de água, às práticas agrícolas inadequadas, ao uso intensivo de agrotóxicos, a má qualidade da água e a irregularidade no seu abastecimento, na poluição e contaminação, assoreamento, acidificação, salinização e eutrofização dos recursos hídricos, aos desmatamentos, à ausência e/ou deficiência do sistema de esgoto e, por fim, às lixeiras a céu aberto (Mendonça Filho, *apud* SANTANA FILHO *et. 2005*, p. 13423).

A maior parte da população de Laranjeiras é urbana, o que contribui para a para os lançamentos de muitos dejetos que poluem o leito do rio, causando problemas de saúde para quem vive dele. Dentre os principais fatores de poluição urbana no município estão à poluição industrial, à pesca predatória, às obras de engenharia para a construção de estradas e ferrovias, o descarte de lixo de forma inadequada, o desmatamento para os cultivos agrícolas, as pastagens e o crescimento populacional. Fazendo uma análise do Rio Cotinguiba, Santana Filho *et (2005)*, identificou que a qualidade da água está comprometida. Segundo os autores “o índice de coliformes fecais tem aumentado principalmente quando o rio drena a sede municipal de Laranjeiras, onde os esgotos domésticos são lançados no canal fluvial sem nenhuma forma de tratamento sanitário” (SANTANA FILHO *et. 2005*, p. 13433). Desse jeito, a poluição do Rio Cotinguiba causa empobrecimento dos solos, redução dos peixes, redução do volume das águas, alteração dos ecossistemas aquáticos, principalmente ao lançamento de esgoto, agrotóxicos e resíduos sólidos, assim como a destruição da fauna e flora.

Outro fator que contribui para a degradação do Rio Cotinguiba é a falta de valorização e identidade da população com o rio, apontada por Santos (2015). “Laranjeiras se formou em torno do Rio Cotinguiba, mas não desenvolveu pelo rio uma relação geralmente comum em populações tradicionais que vivem essa proximidade com o bem natural” (SANTOS, 2015, p.98). Conforme a autora:

[...] o que se vê na relação da população laranjeirense no tocante a seus bens ambientais naturais é que não existe cautela no modo como lidar com o meio ambiente. Entende-se também que as ações dos poderes públicos tem mais haver com um embelezamento visando o potencial turístico do lugar do que uma preocupação

realmente efetiva em recuperar de fato os bens naturais daquele lugar (SANTOS, 2015, p. 99).

Vale ressaltar a importância da sociedade na preservação, conservação e a proteção do patrimônio ambiental. De acordo com Zanirato (2010):

[...] muitos brasileiros não reconhecem o patrimônio cultural existente em seu próprio país, sobretudo quando se fala em um patrimônio natural. Esse patrimônio se refere aos ecossistemas, biomas, conjunto de paisagens, de plantas, de animais, recursos genéticos, da água que perfazem uma herança comum recebida dos nossos ancestrais (...). Conservá-lo é uma forma de garantir o testemunho e referencial, não apenas de seu valor arquitetônico e histórico, mas dos valores culturais, simbólicos, de sua representatividade técnica e social (ZANIRATO, 2010, p. 137 e 138).

Assim sendo, é preciso que a população tenha reconhecimento do pertencimento e de identidade coletiva daquele patrimônio natural para, assim, conservá-lo e protegê-lo. A população deve reconhecer a importância do seu patrimônio, respeitar e valorizar o meio ambiente, como legado universal para as gerações futuras.

METODOLOGIA

Para a execução da proposta didática descrita no trabalho, foram consultados: livros, artigos, normas, dissertações e teses. Os endereços eletrônicos utilizados foram o site de busca Google e sua plataforma acadêmica e o Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (RI/UFS). A pesquisa, nesses sites, foi orientada pelas expressões “memórias”, “patrimônio”, “Rio Cotinguiba”, “Mussuca”, “Quilombo” o que resultou em trinta aparições de trabalho. Após as leituras e fichamentos dos textos, foi realizada a análise dos dados e por fim a parte escrita do artigo. Desta forma, esta pesquisa visa contribuir para a diminuição da lacuna gerada pela escassez de estudos sobre a temática e soma-se a demais propostas já realizadas como contribuição as memórias ambientais no Brasil e em Sergipe.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Mussuca é considerada uma das comunidades quilombolas existentes no estado de Sergipe. Essa comunidade rural teve seu território reconhecido no ano de 2006, pela Fundação Palmares, incluindo a comunidade no Programa Brasil Quilombola. A Mussuca fica às margens da BR 101, e está localizada a cerca de 4 (quatro) km da sede do município de Laranjeiras, o território é influenciado diretamente pelo Rio Cotinguiba. A economia da comunidade está

baseada na pesca, na agricultura, na extração de minérios e em setores públicos. A pesca é uma das principais atividades econômicas da comunidade, ela pode ser realizada por redes e embarcações, outra fonte de renda, é a retirada de mariscos (sururu, camarões e ostras). Essas atividades são responsáveis pelo sustento de muitas famílias da comunidade quilombola. A coleta de mariscos é realizada principalmente pelas mulheres, que têm a maré como uma importante fonte de renda para sua família e filhos. De acordo com Santos (2019) “mais de 50% das pessoas garantem a sua subsistência a partir da atividade de pesca, mostrando a importância da atividade no campo e da necessidade de garantir o controle do território pela comunidade” (SANTOS, 2019, p. 98).

Vale destacar que o protagonismo das mulheres na comunidade Mussuca, pois elas são, na maioria dos casos, as principais responsáveis pela subsistência da sua família, participam da organização política do povoado, além de serem guardiãs da cultura quilombola, ou seja, elas exercem importantes papéis políticos, econômicos, sociais e culturais. Segundo Miranda & Rodrigues (2020), as mulheres quilombolas “é uma artista da vida porque em meio a todos os sacrifícios e sofrimentos da vida dura de trabalho que vive faz de seu cotidiano uma escola de onde acumula saberes consagrados na sua experiência de vida” (Miranda & Rodrigues, 2020, p. 1876). Dessa forma, podemos perceber que as mulheres da Mussuca são lutadoras que aprenderam a tirar o sustento da sua família pela pesca, extraindo da maré os recursos naturais, para a sua sobrevivência. Elas são fortes, trabalhadoras, filhas, mães, esposas, com inúmeras atribuições e responsabilidades para o cuidado da sua família, dos seus filhos, além da manutenção econômica da sua casa.

A mulher negra na comunidade quilombola exerceu e continua exercendo um papel fundamental na luta e conquista de seus direitos sociais. Elas “são um exemplo de resistência e de organização política dentro da comunidade (...) participam do movimento negro de luta, organização política e resistência da comunidade quilombola” (SANTOS, 2019, p. 109). Conforme Fernandes *et.*, 2020, as mulheres quilombolas “apresentam-se como agentes na luta pela garantia dos direitos fundamentais, pois é no cotidiano que elas enfrentam situações que necessitam resolubilidade e estratégias para a superação dos problemas vividos” (FERNANDES *et.*, 2020, p. 07). Logo, podemos notar que os moradores da Mussuca têm uma relação muito forte com o Rio Cotinguiba, dele retirando recursos marinhos. Para Santana (2008):

A maré é mais que uma área de captação de recursos, é uma área de sociabilidade para os grupos familiares que para lá se dirigem. Lá se escutam conversas sobre o dia-a-dia da comunidade, mexericos, trocas de informações sobre a maré, sobre as condições favoráveis ou desfavoráveis para a pesca e a coleta, e assim por diante (SANTANA, 2008, p. 105).

Além da pesca e da retirada de mariscos, muitas famílias desenvolvem a atividade de agricultura para sua subsistência, principalmente de produtos como mandioca, amendoim, feijão, milho, quiabo, macaxeira. O trabalho na terra é de fundamental importância para as comunidades quilombolas, na terra é possível a produção do seu alimento, do trabalho e da sua moradia. Podemos notar também a atividade da pecuária com a criação de porcos, bois e galinhas e a extração do calcário nas pedreiras, realizadas por maioria homens, sendo sua matéria-prima utilizada nas construções das casas e fonte de renda e trabalho.

Segundo o INCRA (2020) “as comunidades quilombolas são grupos étnicos - predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias” (INCRA, 2020, p. 01). Por isso, os quilombos são espaços de resistência dos povos negros que foram escravizados, que lutaram e resistiram contra o sistema colonial baseado na exploração da mão de obra negra. Ao longo da história, as comunidades quilombolas não foram somente formadas por escravos fugidos, mas por pessoas livres que receberam terras por heranças. “As terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural” (INCRA, 2020, p. 01). Para Santos (2013):

[...] as comunidades quilombolas classificam-se em rurais e/ou urbanas formadas por descendentes de escravos negros refugiados das fazendas dos senhores de engenhos por conta dos trabalhos braçais muito pesados e das chicotadas durante o período colonial da cana-de açúcar. São povos guerreiros que se orgulham e se autodefinem com as relações da terra. Além disso, mantêm viva a luta e tradição de um povo que tem história gerada desde sua ancestralidade (SANTOS, 2013, p.12).

Por consequência, o reconhecimento dos territórios quilombolas é de grande importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos. No Brasil, muitas comunidades quilombolas vivem em precárias condições de vida, sofrem exclusão social, não têm seus direitos reconhecidos, sofrem violências físicas e simbólicas, discriminação racial, cultural, social e estão em situação de vulnerabilidade. Tudo isto, é resultado de 300 anos de escravização ao quais os negros foram submetidos com tratamento degradante. De acordo com Fernandes *et. al.*, 2020:

Ser quilombola, hoje no Brasil é parte de uma comunidade que resiste para manter suas tradições, cultura e identidade negra, em uma sociedade historicamente preconceituosa. A continuidade e sobrevivência dos quilombos contemporâneos passam pela necessidade de busca por respeito e dignidade, na formação de uma

identidade que se produz no transcorrer do enfrentamento político (FERNANDES *et.*, 2020, p. 05).

Segundo a fala da autora, pertencer a uma comunidade quilombola é compartilhar inúmeras experiências, crenças, modos de vida e principalmente lutas e resistências para que sua cultura, modos de cuidar e cultivar a terra sejam preservados. Portanto, podemos pensar as comunidades quilombolas em lugares de resistência marcados por trajetórias históricas de luta contra a opressão. Dito isto, é a partir do local de fala destas mulheres que elaboramos uma proposta didática, utilizando os conceitos da Abordagem Sociointeracionista de Lev Vigotski e da Teoria da Aprendizagem Social (ou Situada), de Etienne Wenger e Jean Lave. Ambas as teorias estão disponíveis na disciplina Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica. Segundo a Teoria Sociointeracionista de Lev Vigotski a aprendizagem ocorre a partir das nossas interações com o outro, observação-ação (prática) e experimentações com o meio social, a teoria considera meios, diálogos, as histórias de vida, as aprendizagens prévias como fatores que influenciam a aprendizagem do ser humano que acontece do campo social para o individual (ALLAIN; MAISSIAT, 2021, p. 03). A proposta didática seguirá também a Teoria da Aprendizagem Social (ou Situada), em que as atividades não devem ser descontextualizadas da realidade dos alunos, ou como conhecimentos sem relação das situações das práticas sociais e culturais nas quais se originam. É muito mais difícil, nestas condições, o aprendiz encontrar motivação, significância e relevância social nas aprendizagens (...) assim eles se sentem parte do processo ensino-aprendizagem realizado como sujeitos atuantes (ALLAIN; MAISSIAT, 2021, p.13).

No primeiro momento da proposta didática o professor irá organizar a sala em grupo com quatro componentes, ou solicitar para que os alunos organizem a sua equipe de acordo com a maior afinidade para a realização das tarefas. Em seguida o professor (a) irá conversar com os alunos anotando as seguintes informações da turma ou aplicar um questionário diagnóstico com perguntas como: seu nome, idade, sexo, e se é morador da cidade de Laranjeiras/SE. Também é interessante que o docente aborde questões para identificar o que os alunos já têm de conhecimentos prévios e de experiência profissional sobre a História da cidade de Laranjeiras, o Rio Cotinguiba, Patrimônios Culturais e/ ou Naturais do Município, Poluição do Rio, Comunidade Quilombola Mussuca, Luta das Mulheres Quilombolas, Educação e Conscientização Ambiental. Essa primeira etapa é essencial para mobilizar os saberes que os alunos já trazem sobre as temáticas que serão abordadas durante toda a realização das atividades. Depois da avaliação diagnóstica, caso o professor perceba que muitos alunos

apresentaram dificuldades de expressar as temáticas apontadas acima e que são conceitos essenciais da disciplina e para a atividade em campo, o professor poderá, através de uma aula expositiva e dialogada, apresentar e refletir esses conceitos (Patrimônios Culturais e/ ou Naturais do Município, Poluição do Rio, Comunidades Quilombolas, Educação e Conscientização Ambiental) com os estudantes.

No segundo momento da aula, com as equipes já divididas e organizadas, o docente deverá passar as informações, para os alunos, que eles terão que entrevistar mulheres pescadoras da Mussuca, muitos estudantes moram próximo a região, ou em municípios vizinhos da cidade de Laranjeiras, o que facilita o acesso à comunidade. O limite mínimo de idade para as entrevistadas é de 45 anos. Depois da escolha pelo grupo dos moradores antigos para a entrevista, o professor irá orientar aos alunos que eles agente a entrevista com os moradores e que no ato da coleta das informações elaborem e entregue a carta convite (tem como finalidade convidar os futuros entrevistados), a ficha de dados do entrevistado (tem como função coletar dados dos entrevistados e devem ser preenchidos pelos alunos no ato da entrevista), a carta de autorização das entrevistas (os participantes autorizam os dados da sua entrevista para o uso pelo aluno).

Os alunos deverão observar o preenchimento correto desses documentos que são de fundamental importância para o andamento da atividade. Esses documentos serão elaborados com a ajuda do professor e das equipes na sala de aula, a intenção da elaboração dessas documentações é possibilitar maior celeridade a pesquisa. Durante todas as etapas da atividade o docente deverá permanecer em constante diálogo e orientação e suporte aos alunos, seja no espaço da sala de aula, ou com a criação de grupos de WhatsApp. Depois de realizada a etapa das entrevistas, o professor deverá orientar aos alunos para realizar as transcrições das entrevistas, o professor poderá delimitar duas entrevistas por grupos. É de grande importância que os alunos, além das transcrições, realizem a correção de algum sinal de pontuação ou de ortografia, pois elas serão publicação em um blog criado no final da atividade. Nesse momento, o docente poderá solicitar a ajuda do professor de Oratória ou de Língua Portuguesa para auxiliar os alunos, caso a escola possua um docente com esse componente.

No terceiro momento da aula, depois que os grupos escolheram os entrevistados, realizaram as entrevistas, as transcrições e a revisão ortográfica, os alunos serão convidados a divulgar e socializar os resultados das suas entrevistas, as impressões que o grupo teve ao realizar a atividade, assim como um texto baseado nas leituras e nas discussões o longo da disciplina sobre os seus conhecimentos acerca do rio presente no espaço de sua cidade e, por conseguinte da própria história dos sujeitos que aqui viviam. As divulgações das narrativas dos

alunos serão publicadas na internet em um blog que deverá ser criado e acompanhado pela professora da sala, junto com os alunos. O estudante poderá inserir nos seus textos, desenhos, ilustrações, fotografias e imagens para melhor ilustrar suas narrativas.

Ao final da atividade o professor poderá avaliar os grupos de acordo com os seguintes critérios: organização dos grupos, participação, escolha dos entrevistados, entrega da documentação, realização das entrevistas, transcrição e revisão dos textos, debates e leituras das entrevistas do material didático da disciplina e das entrevistas e produção textual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a atividade espera-se que os alunos conheçam e valorizem as memórias e histórias de mulheres pescadoras quilombolas da cidade de Laranjeiras/SE, além de compreender as percepções que essas mulheres têm sobre o Rio Cotinguiba. Por meio das entrevistas, podemos conhecer as memórias e histórias sobre o rio, perceber e refletir como as quilombolas viviam, como era a sua vida e sua ligação com o Cotinguiba. Ao falarem das suas experiências com o Rio Cotinguiba, as mulheres entrevistadas relembram as transformações ocorridas na sua comunidade, da sua trajetória pessoal, da experiência de vida.

Espera-se também que os estudantes construam novo olhar sobre a história do seu lugar, como sujeito crítico, preocupado com as questões ambientais do seu lugar e também produtor de conhecimento e queiram socializar aquilo que foi por eles produzido. Por fim, os relatos permitem reforçar para a comunidade de Laranjeiras a relação de identidade e pertencimento do seu lugar, entendendo a importância de conhecer as memórias ambientais, as dinâmicas do rio e as transformações sofridas, ao longo do tempo, assim como refletir sobre a poluição do rio, tema de fundamental relevância nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamento e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSI, E. **Memória e sociedade lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DANTAS, B. G. **Vovô Nagô e papai Branco: usos e abusos da África no Brasil**. Dissertação (Mestrado em) - Universidade Estadual de Campinas, 1982, Campinas, SP, 1982.

ALLAIN, Olivier; MAISSIAT, Jaqueline. **Abordagem Sociointeracionista**. Disponível em <<https://ava.cefor.ifes.edu.br/mod/book/tool/print/index.php?id=759885>> Acesso dia 05. Setembro. 2021.

ALLAIN, O.; MAISSIAT, J. **Aprendizagem Social/Situada**. Disponível em Acesso dia 05. Setembro. 2021. ALLAIN, Olivier; MORAES, Gustavo Henrique. O fazer-saber do trabalho e sua incorporação. Disponível em <<https://ava.cefor.ifes.edu.br/mod/book/tool/print/index.php?id=762131>> Acesso dia 05. Setembro. 2021.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 15, de 21 de Janeiro de 2019**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/legislacao>. Acesso em: 07.07.2021.

_____. **O Patrimônio Natural no Brasil**. 2004. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf. Acesso em: 10.06.2021.

_____. **Inventário Nacional de Bens Imóveis/Sítios Urbanos Tombados**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em: 07.07.2021

MESQUITA, I. M. de. **Urdidura e trama de memórias do ensino de História**. –Aracaju: EDUUNIT, 2017.

ORÍ, R. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe Maria Femandes. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212,1992.

SANTANA FILHO, L. S; et al. **Análise do espaço geográfico da sub-bacia do Rio Cotíngüiba – Sergipe – Brasil**. 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/42.pdf>. Acesso em: 12. 06.2021.

SANTOS, A. J. A. **A importância da conservação do meio ambiente cultural para a construção de uma sociedade sustentável: o caso de Laranjeiras/SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, UFS, 2015, São Cristóvão, 2015.

SANTOS, W. A. dos. **Ocupação e dinâmica socioambiental da sub-bacia hidrográfica do rio Cotíngüiba/SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2012, São Cristóvão, SE, 2012.

ZANIRATO, S. H. O Patrimônio Natural do Brasil. **Patrimônio e Cultura Material**, Projeto História nº 40, junho de 2010.